

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

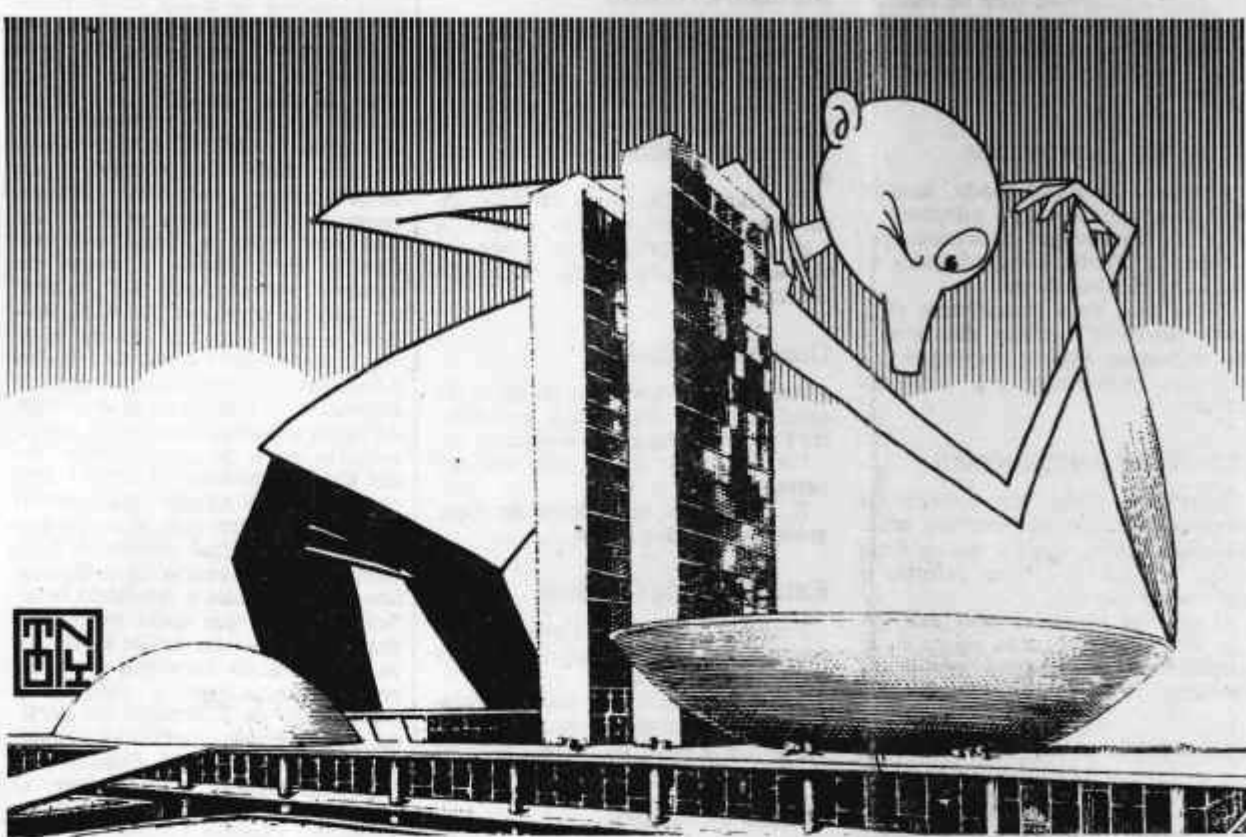
A percepção popular da ANC

FLORESTAN FERNANDES

A sociologia dos mandarins fugiu dos temas concretos. Hoje se fala no "imaginário" e nas suas relações com o "simbólico". Porém, não se faz uma análise objetiva das representações. Voltamos a Hegel de uma forma perversa, como se a sociedade não tivesse história e esta fosse uma expressão metafísica das "construções mentais" do sociólogo, não "a atividade do homem que persegue seus objetivos" (como escreveu Engels, em 1844). O que é a Assembleia Nacional Constituinte? O imaginário das elites das classes dominantes ou de seus escribas? Ou uma formação política parida da crise cataclísmica de uma sociedade civil que se tornou inviável para quase cem milhões de excluídos e de oprimidos ou de trabalhadores que a ela são incorporados morfologicamente, mas privados, pelos dinamismos de repressão e de opressão, de peso e voz em sua ordenação e funcionamento? Os partidos da ordem e os políticos profissionais trabalharam a consciência social desses excluídos, desses oprimidos, desses trabalhadores que entram subterraneamente na história, pelas portas dos fundos. A campanha eleitoral teve esse alvo: difundir a ideologia dos estratos dominantes das classes burguesas. Assim, ampliam e aprofundam sua "coisificação", iniciada nas fábricas, prolongada nas escolas e nas igrejas, completada nos sindicatos e nos partidos comprometidos com "o melhorismo", "o obreirismo pacífico", a alienação refinada e aguçada graças ao consumismo de massa e à indústria da comunicação cultural.

Todavia, o que fez esse "desgraçado da terra" com as idéias, os ideais, os valores — em suma, os símbolos pelos quais buscavam "fazer sua cabeça", decapitá-lo como agente histórico e político? Ele os introjetou nos próprios termos de sua miséria e da negação do que lhe era negado. A ANC converteu-se em um foco de luz, de esperança — uma promessa que não cabia no imaginário das elites das classes dominantes e no "realismo" de seus políticos profissionais. A iniciativa popular foi organizada e desencadeada de cima para baixo, por entidades bem conhecidas, tendo à frente a CNBB, a OAB, as comunidades de base e várias outras organizações, entre as quais se contavam sindicatos, federações sindicais, partidos de esquerda, facções radicais dos partidos da ordem (no caso especialmente o PMDB e o PFL). Contudo, é preciso distinguir a iniciativa popular do significado da presença e das compulsões mentais e sociais dos de baixo. Esta última polaridade, mais ou menos escamoteada, surgiu espontaneamente. Ela estava no sangue do pobre, dos mais humildes, e na consciência contestadora dos trabalhadores mais organizados e mais decididos em tomar seus destinos nas próprias mãos. Na cabeça dessa gente, por motivações opostas, o imaginário das elites era "conversa fiada". Essa gente forjou um antiimaginário contra-elitista, que atravessa a realidade brasileira como um punhal afiado, fundado em suas representações, que não refletem uma imagem invertida de suas condições de vida. Queriam vários tipos de reforma social simultaneamente e por quererem esses tipos de reforma social tentaram decifrar a seu modo a ANC e suas tarefas imediatas. É uma ilusão de mandarins supor que a "falta de educação" ou a "ignorância" inibiram tal gente e a jogariam no "colo dos ricos", no modelo de Constituição que os mandachuvas desejavam e iriam elaborar.

Sem proceder a sondagens empíricas sistemáticas, mas ouvindo atenta e intensivamente aqui e ali, infelizmente apenas circulando entre os que sabem que a Constituição entretém relações com suas vidas



(deve ser incontável o número dos que não sabem que existe uma ANC), cheguei a algumas conclusões consistentes. Há uma categoria maior de pessoas pobres e de trabalhadores que se defende passivamente. Eles não são propriamente indiferentes. Possuem informações, saem de si mesmos, mas protegem-se de maneira a elidir-se ou esquivar-se dos golpes mais demolidores. Depositavam esperanças na ANC, que despontava como uma "solução dos nossos problemas". Os falatórios, somados às repercussões sociais da mídia, levaram-nos à "desilusão". Algo tão distante e complexo, como a rede do poder, carrega consigo a carga duvida de que não poderia ser de outro modo. Por que, de uma hora para outra, "só porque queremos", a Constituição iria responder às agruras dos pobres? De uma forma mais confusa aqui, mais clara acolá, a Constituição ficou em seu lugar: aqueles que a fazem, a entendem, a manejam. A frustração é forte e o deputado ou senador recebe o seu quinhão. Ele prometeu e não cumpriu, "como sempre"; seguindo a nova onda, dizem que "vive como um marajá". O que era uma esperança esfumou-se, metamorfosando-se em raiva larvar recalcada dos que "nunca têm vez" e por isso estão condenados a não encontrar promessas numa rotina de pobreza secular.

Ao lado desses, e com eles interagindo, está um conglomerado de "informados" e que chegaram a ser acordados para uma esperança mais alvorçada e confiante, pelas comunidades de base, pelas associações de bairros, pela participação em comícios, pela mídia e um infundável variedade de outros meios. A ANC não é identificada com o poder e com a dominação de classe. Desvenda-se como algo comparável à escola ou à igreja, da qual poderiam esperar um produto construtivo, capaz de "melhorar as suas vidas". De novo, a instituição é encarada como um meio, só que com maior confiança e como um meio para atingir os fins comuns, de todos, pobres e ricos. A Constituição estaria para os pobres como um instrumento de alteração de realidades nuas e cruas. Essa percepção poderá parecer "infantil", porém não é; foi elaborada como resposta à constância das humilhações e sofrimentos, sob influência de pessoas instruídas e devotadas à conscientização dos humildes. Ness esfera, prepondera uma insuperável ambiguidade

e a tendência moderada de concordar com os que enfatizam que a "Constituição possui coisas boas" e que "poderá melhorar nossas vidas, se a soubermos usar". Não obstante, a peneira não tapou a luz do sol. Há inquietação e, principalmente, uma dolorosa constatação. As grandes reformas sociais já são transferidas para diante, para "a ação do próprio povo organizado". Não se diz isso, mas as conversas deixam implícitas que os constituintes não trataram os interesses populares com ardor e que muitos preferiram omitir-se ou "atraí-los os que votaram neles". Em consequência, a ausência de raiva é pior do que operasse a sua objetivação. A descrença fria e rústica envolve um repúdio reprimido. Pode converter-se em seu oposto em um fiat, mesmo sob uma chama pequena, desde que se conclame a todos a tomar a justiça em suas mãos.

Por fim, aparece a vanguarda proletária, que descobri ser tão vigorosa entre os operários, quanto entre os trabalhadores da terra (acompanhando-os a um ex-ministro da Reforma Agrária, verifiquei que são destemidos e, em confronto com o antigo mandonismo, "atrevidos", falando de igual para igual com o ministro e numa linguagem direta, exigente). Os operários são mais numerosos e melhor organizados; dão o seu combate em várias frentes e dispõem de meios institucionais de luta de classes. No entanto, os trabalhadores da terra ganharam muito terreno, apesar da ditadura militar e da "nova" República. Para essa vanguarda social, a Constituição possuía um significado concreto: erradicar a pobreza, o desemprego, as doenças, a falta de escolas, o latifúndio etc. A impulsão de "querer ser gente" se associava uma consciência social atenta aos interesses dos trabalhadores e aos privilégios dos patrões. Dispersos por sindicatos, federações e partidos, distribuem-se por diversas correntes, grupos e subgrupos. A eles se agrega uma enorme multiplicidade de companheiros de viagem, pertencentes à pequena burguesia ou aos setores em descensão social das classes médias. Não se poderia detectar, nesse caleidoscópio social, percepções homogêneas. Socializados por partidos políticos e correntes ideológicas dispare, alimentam ilusões e desilusões contrastantes. Os mais extremados colocam os pingos nos is simplesmente: a Constituição abre novos horizontes e traz algu-

mas conquistas. Mas tudo isso não passa de "migalhas". O povo terá de conquistar poder para chegar a uma Constituição verdadeiramente democrática. Os menos maduros na politização manifestam-se estranhamente, como os mais revoltados. O retrato que esboçam dos constituintes, no conjunto, é de perfil baixo. O ódio ferve, como o azeite em um caldeirão. O tratamento dispensado a deputados e senadores do PMDB em diversos comícios ou ao presidente em exercício contém um paradigma. Nessa área, o vulcão vomita lavas e o clima latente é de guerra civil. Mesmo a esquerda é atacada, por ainda não ter-se retirado da ANC, e a assinatura da próxima Carta Magna propõe-se como um dilema, a ser enfrentado pelos partidos.

Esse contexto, exposto sumariamente, sugere que há algo mais profundo na reação de certas entidades operárias ao decidirem estampar e difundir os cartazes do "Procura-se...". O expediente foi mal avaliado por muitos constituintes, particularmente os conservadores e os liberais ou radicais que se sentiram (e por vezes foram) "injustiçados". Ora, a avaliação muda de figura quando se leva em conta essas correntes psicológicas e políticas mais profundas do comportamento coletivo, nas quais a aparência não se confunde com a essência. O protesto sobe à tona ameaçador, carregando uma mensagem que diz taxativamente "não!" e "basta!", em vários tons. Estamos sendo julgados, não estamos julgando. Uma ANC que se curvou à prepotência do sistema de poder existente e, por sua maioria conservadora, representa não o poder originário e soberano do povo, mas os particularismos das classes privilegiadas e as ambições das nações capitalistas hegemônicas, tem muito o que aprender e o que temer diante dos ressentimentos e frustrações da massa subalterna dos cidadãos. Ambos, ressentimentos e frustrações, acarretam violência e agressão. Seria melhor receber o recado e mudar o estilo de produção constitucional. Há "grosserias" que são detestáveis, mas possuem raízes históricas pelas quais passado e presente se ligam à construção do futuro. E a nação, nesses estratos, só quer socialmente uma coisa: uma revolução democrática irreversível.

FLORESTAN FERNANDES, 66, deputado federal (PT-SP), é sociólogo, professor emérito da USP e docente da PUC-SP.

Os que esperam só ser comidos no fim

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

Em meu recente livro "Projeto de Constituição Angústia o País" (Editora Vera Cruz, São Paulo, 1987, 209 págs.), evidenciei o caráter profundamente a-ideológico e até apogramático de quase todas as candidaturas que disputaram as preferências do eleitorado, no pleito de 15 de novembro de 1986. Esse caráter privou nossa Constituinte de rumos definidos, sejam estes doutrinários ou práticos. E, ipso facto, tirou-lhe a possibilidade de dotar o país de uma Carta Magna coerente, clara, sucinta, que solucionasse com eficácia os problemas nacionais. E que uma Constituinte privada de princípios e de rumos não pode senão tatear na sinistra sarabanda dos problemas morais, culturais, políticos, sociais e econômicos que nos ameaçam em meio à fuliginosa penumbra do ambiente nacional contemporâneo.

Uma Assembleia como esta, eleita sob a ação de preferências pessoais motivadas, em impressionante número de casos, pela mera fisionomia do candidato estampada em vistoso cartaz (ou então pelas capacidades lúdicas de certos candidatos como atores, dançarinos, ou sei lá o que mais), não pode deixar de caminhar como um catacego, sobre o terreno resvalado dos problemas mal impostados, debatidos às carreiras, e mal resolvidos.

A diversos constituintes não faltam cultura, experiência e até desassombro. Mas do que lhes vale isto se constituem minoria em meio a colegas, não raro simpáticos e bem-intencionados, se estes últimos

ignoram tudo o que só a prática política pode dar?

Disse Nosso Senhor Jesus Cristo: "Se um cego guia outro cego, ambos caem na cova" (Mt. 15, 14)...

Daí resultam, em grande parte, as incertezas em que o Brasil se encontra. Aliás, nesta confusão não se encontra apenas a Constituinte, mas toda a nação. Para considerar só os problemas econômicos e financeiros, é flagrantemente — nesta matéria — a ausência de dados vigorosamente documentados, cristalinamente analisados, e sem os quais o "homem da rua" desta democracia cambaleante não pode sequer saber o que quer ou não quer. De onde as notícias nos jornais, sobre as alternativas sucessivamente propostas para a solução desses problemas, darem ao "homem da rua" — a mim, por exemplo, que em matérias econômico-financeiras me tenho na conta de tal — a impressão de que os debates ou os cambalachos efetuados nos altos bastidores de nossa vida pública são meras sessões de prestidigitação.

Em outros termos, quando a experiência desgasta várias sugestões apregoadas como "milagrosas", há uma tensão geral. E desta tensão emergem então um, dois, ou três "gênios", com novas soluções tão mirabolantes ou inverossímeis quanto seria tirar um coelho de dentro de uma cartola, ou um ovo de dentro de uma lapiseira.

E, por exemplo, o que ocorre com as estatais. Surge, de quando em vez, a versão de que o governo está estudando medidas a respeito da matéria, enunciadas de modo vago,

e cuja aplicação é prometida para uma data não menos vaga. Em seguida, um escândalo ou uma crise sobre algum tema muito diverso irrompe no palco da publicidade como surpresa estrondosa. Ato contínuo, todos se esquecem das estatais, e estas vão vegetando por mais algum tempo. E isto muito embora seja certo que quase todo mundo lhes deseja a privatização. E todos esperam, entre aflições e modorrentos, que algum prestidigitador resolva o caso.

Tudo isto posto — é fácil ver — o mal não está só no Brasil. Resulta ele de uma tendência avassaladora e rombadamente relativista que afeta a opinião pública de todo o Ocidente.

Com efeito, a perspectiva de nova conflagração mundial tornou-se ainda mais sinistra do que as anteriores, em razão dos trágicos progressos que tem feito a arte de matar. Teve isto sobre os homens um efeito catastrófico. Em lugar de ver no debate de idéias um destro e arejado torneio de erudição e de cultura, no qual as partes contendem para encontrar a verdade, o debate cultural ou técnico passou a ser tido, em nossos dias, como fagulha perigosa, da qual podem surgir controvérsias apaixonadas. E destas, por sua vez, podem nascer, possivelmente, confrontações internacionais que resultem na temida guerra. Tomado de pânico, o pacifista contemporâneo incondicional apostrofa ecumenicamente os polemistas: "Não vos recordais das intransigências de Hitler, de Mussolini, de Stalin?"

Nesta visualização, toda contro-

vérsia deve ser abafada. E quando alguém redargue ao pacifista: "E você não se lembra de homens ainda mais culpados pelas guerras, pois foram símbolos da capitulação e do fracasso, como Chamberlain e Daladier?", o pacifista muda de assunto. Porém vê-se que, no fundo, essa dupla do fracasso corresponde ao seu ideal. E que, nem de longe, lhes ocorre a lembrança de homens como Churchill e De Gaulle, que souberam ser polemistas vigorosos mas sem fanatismo.

A fórmula mágica do "neochamberlainismo" ou do "neodaladrianismo" contemporâneo é o relativismo. Para ele, todas as verdades e todos os erros são relativos. Toda afirmação categórica não é senão respingo de algum fanatismo. A verdade está sempre e unicamente no meio-termo. Isto é, numa acomodação entre todas as opiniões, por mais diversas que sejam, e por mais contraditórias que se apresentem.

Quando as certezas morrem, a atividade intelectual perde sua meta natural. E a modorra se apodera da opinião pública. A modorra dos pacifistas a todo preço, que Churchill assim definia: "Apaziguador é aquele que alimenta um crocodilo, esperando que este o coma por último."

Voltemos à Constituinte. Não é esta a psicologia que explica o desmoronamento de nosso tão concessivo Centrão?

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, 78, é professor catedrático da PUC-SP, pensador católico tradicionalista e foi deputado constituinte em 1934.